

PROJETO DE LEI Nº 21, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Município de Contagem para o exercício de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONTAGEM, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o inciso X do art. 92 da Lei Orgânica do Município, apresenta o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º O Orçamento Fiscal do Município de Contagem para o exercício de 2021, estima as receitas e fixa as despesas em **R\$2.548.512.490,00** (dois bilhões, quinhentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e doze mil e quatrocentos e noventa reais), discriminados nos anexos e demonstrativos integrantes desta Lei.

Art. 2º Integram esta Lei os demonstrativos exigidos pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 5.090, de 28 de julho de 2020.

Art. 3º As receitas, estimadas por categoria econômica e segundo a origem dos recursos, estão desdobradas nos seguintes componentes:

Receitas Correntes	2.237.752.376
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	748.272.500
Contribuições	105.383.000
Receita Patrimonial	28.134.124
Receita de Serviços	9.151.169
Transferências Correntes	1.279.243.240
Outras Receitas Correntes	67.568.343
Receitas de Capital	457.405.714
Operações de Crédito	292.429.543
Alienação de Bens	31.192.091
Transferências de Capital	59.834.080
Outras Receitas de Capital	73.950.000
Receitas Intraorçamentárias	96.653.000
Deduções da Receita	(243.298.600)
Total da Receita	2.548.512.490

Art. 4º As despesas fixadas para o exercício de 2021, no mesmo valor das receitas constantes nos demonstrativos que integram esta Lei, estão desdobradas de acordo com as seguintes Funções de Governo:

Legislativa	49.223.936
Essencial à Justiça	10.972.031
Administração	309.585.107
Segurança Pública	43.337.357
Assistência Social	57.455.148
Previdência Social	207.000.000
Saúde	645.357.217
Trabalho	6.569.363
Educação	525.350.497
Cultura	1.063.713
Direito da Cidadania	5.910.950
Urbanismo	439.017.244
Habitação	36.567.755
Saneamento	12.300.300
Gestão Ambiental	13.665.879
Indústria	1.481.930
Comércio e Serviços	72.000
Transporte	100.000
Desporto e Lazer	11.600.415
Encargos Especiais	110.196.912
Reserva de Contingência	61.684.736
Total das Despesas	2.548.512.490

Parágrafo único. Além das unidades da Administração Direta, são também Unidades Orçamentárias integrantes do Orçamento do Município:

- I – Fundo Municipal de Saúde;
- II – Fundo Municipal de Assistência Social;
- III – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;
- IV – Fundo Municipal de Educação;
- V – Fundo Municipal de Trabalho;
- VI – Fundo Municipal de Trabalho e Renda Solidária;
- VII – Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- VIII – Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- IX – Fundo Municipal da Habitação de Interesse Social;

- X – Fundo Municipal da Procuradoria-Geral;
- XI – Fundo Municipal do Idoso;
- XII – Fundo Municipal de Incentivo à Cultura;
- XIII – Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural;
- XIV – Fundo Municipal de Esportes;
- XV – Fundo Municipal de Saneamento;
- XVI – Fundo Municipal de Controle Interno;
- XVII – Fundo Municipal do Auxílio de Transporte Estudantil;
- XVIII – Fundo Municipal de Turismo;
- XIX – Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- XX – Fundo Municipal de Defesa Social;
- XXI – Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- XXII – Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;
- XXIII – Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Contagem - PREVICON;
- XXIV – Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem - TransCon;
- XXV – Fundação de Ensino de Contagem - FUNEC;
- XXVI – Fundo Especial de Contagem - FECON;
- XXVII - Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais; e
- XXVIII – Câmara Municipal de Contagem.

Art. 5º Os recursos correspondentes à Reserva de Contingência, observado o mínimo de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida, poderão ser destinados ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, como fonte compensatória de recursos para abertura de créditos adicionais conforme art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 5.090, de 2020.

Art. 6º Os recursos consignados na Reserva para Emendas Parlamentares, alocados em Encargos Gerais do Município, corresponderão a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, sendo que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§1º A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde, previsto no **caput** deste artigo, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso I do §2º do art. 198 da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

§2º No caso de impedimento de ordem técnica, observar-se-á o disposto no §4º do inciso III do art. 117, da Lei Orgânica do Município de Contagem.

§3º No caso de impedimento de ordem legal em relação a aprovação ou execução das emendas, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar o saldo da Reserva para Emendas Parlamentares em outras despesas, conforme disposto no §4º do art. 15 da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 5.090, de 2020.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito e empréstimo por antecipação da receita através de contratos, até o limite estabelecido na legislação específica.

Parágrafo único. Na contratação das operações de crédito de que trata este artigo, o Poder Executivo poderá oferecer, em garantia das operações contratadas, a vinculação de partes de suas cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e/ou do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e

Serviços (ICMS).

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares e especiais utilizando o excesso de arrecadação apurado ou os saldos financeiros transferidos de exercícios anteriores, conforme disposto no art. 26 da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 5.090, de 2020.

Art. 9º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320, de 1964, autorizado a abrir créditos adicionais ao Orçamento Fiscal, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da despesa fixada no art. 1º desta Lei, acrescentando, se necessário, naturezas de despesas, dentro de cada projeto ou atividade.

§1º Não oneram o limite estabelecido no **caput** deste artigo:

I - as suplementações de dotações referentes às despesas de pessoal e encargos sociais;

II - as suplementações de dotações com recursos vinculados, isto é, oriundos de arrecadações com destinos específicos, de transferências e/ou de convênios celebrados com o Estado, a União e outras entidades, e quando se referirem a remanejamento ou utilizarem como fonte o excesso de arrecadação e o saldo financeiro de exercícios anteriores;

III - as suplementações de dotações referentes ao pagamento da dívida pública e de precatórios judiciais;

IV - as suplementações de dotações que tenham como origem os recursos da Reserva de Contingência, da Reserva para Emendas Parlamentares e da Reserva para Contrapartidas;

V - as suplementações de dotações que tenham como origem os recursos provenientes de excesso de arrecadação e saldos financeiros das Receitas Próprias; e

VI - as alterações orçamentárias geradas quando da criação de novos órgãos ou unidades orçamentárias.

§2º O disposto no §1º deste artigo não poderá exceder a 20% (vinte por cento) da despesa fixada no art.1º desta Lei.

§3º Também não oneram o limite estabelecido no **caput** deste artigo os ajustes orçamentários ocorridos dentro de uma mesma categoria de programação, ou seja, dentro de um mesmo Programa.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para tornar possível o realinhamento dos recursos disponíveis e a reclassificação das receitas e despesas que, em decorrência de fatores conjunturais, e pela sua imprevisibilidade, como portarias e leis federais, possam ocorrer durante a execução orçamentária do exercício de 2021.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Palácio do Registro, em Contagem, aos 30 de setembro de 2020.

ALEXIS JOSÉ FERREIRA DE FREITAS
Prefeito de Contagem



PROJETO DE LEI Nº 21, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

MENSAGEM

Excelentíssimo Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Projeto de Lei que *“Estima a Receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2021”* elaborado conforme a Lei Federal nº 4.320, de 1964 e Lei Complementar nº 101, de 2000.

A estimativa da receita do Município está baseada na previsão de crescimento real da arrecadação, dos índices de crescimento econômico do país e da taxa de inflação, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021. Considera, também, os esforços visando o combate à sonegação fiscal, almejando o aumento das receitas necessárias à implantação das políticas públicas.

O presente instrumento traduz os programas estratégicos desta Administração, priorizando ações com o objetivo de garantir uma melhor qualidade de vida para os cidadãos de Contagem.

Acrescenta-se, ainda, o nosso comprometimento com a modernização da gestão pública, a transparência e a democracia, consolidando a importância da participação da sociedade na Administração Municipal.

Desse modo, a peça orçamentária procurou manter o máximo de fidelidade aos anseios da população, orientada que está para a ampliação dos investimentos em políticas sociais eficazes e intervenções urbanas com foco na melhoria das condições de mobilidade.

Diante das razões apresentadas e certo de que este Projeto de Lei receberá a necessária aquiescência de Vossa Excelência e de seus pares, submeto-o à apreciação dessa Augusta casa, oportunidade em que renovo protestos de estima e consideração.

Palácio do Registro, em Contagem, 30 de setembro de 2020.

ALEXIS JOSÉ FERREIRA DE FREITAS
Prefeito de Contagem

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal
VEREADOR DANIEL FLÁVIO DE MOURA CARVALHO
CONTAGEM - MG